

Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

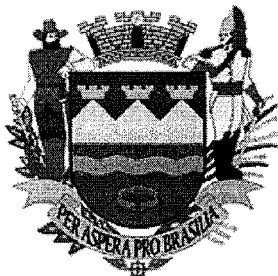
TERMO DE INCENTIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AO DESPORTO, A INCENTIVADORA MAZZAROPI HOTÉIS E SERVIÇOS LTDA. E A EMPREENDEDORA FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ - FUNVIC, TENDO O OBJETIVO DE APOIAR O PROJETO VÔLEI TAUBATÉ COM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS SOBRE ISSQN E/OU IPTU.

Aos *21 (vinte e um)* dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, 520, Centro, Taubaté/SP, presentes de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, neste ato representada pelo Chefe do Executivo Municipal, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Junior, de ora em diante designada **PREFEITURA** ou ente estatal parceiro, de outro lado, o **CONTRIBUINTE** de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ou do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) que tenha aplicado recurso para a realização do projeto esportivo denominado "Projeto Vôlei Taubaté", conforme previsto em Lei Complementar nº 323, de 5 de novembro de 2013, regulamentado pelo Decreto nº 13.266, de 18 de fevereiro de 2014 e em atendimento ao Edital de Chamamento nº. 12 de 2019, a empresa **MAZZAROPI HOTÉIS E SERVIÇOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº. 55.395.735/0001-53, situada na Estrada Municipal dos Remédios, 2380, Taubaté – SP, representada pelo Sr. Jorge Artur Girelli Ribeiro, portador do RG nº. 33.197.800-3 e CPF nº. 393.077.350-34, simplesmente denominado **INCENTIVADORA**, a ainda a **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA VIDA CRISTÃ - FUNVIC**, inscrita no CNPJ nº. 45.176.864/0001-05, situada à Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 350, Sala 327 - Jardim Eulália, Taubaté-SP, representada pelo Sr. Luis Otávio Palhari, portador do RG nº. 16.497.188-9 e CPF nº. 069.843.248-74, simplesmente denominada **EMPREENDEDORA**, celebram, à vista do decidido no **Processo Administrativo nº. 10.128/20**, consoante o **Processo nº. 60.320/19 - Chamamento Público nº. 12/19**, entre si as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

1. OBJETO

1.1 Desenvolvimento de projeto esportivo não profissional financiado com base na Lei de Incentivo Fiscal do Município de Taubaté, no exercício de 2020, a fim de promover o esporte não profissional no Município de Taubaté, o que qualifica o interesse público comum atinente ao objeto aqui declarado e justifica a celebração de Termo de Incentivo;

1.2 Fazem parte integrante do presente Termo de Incentivo, o Plano de Trabalho apresentado pela Empreendedora e seu plano de Aplicação de Recursos, bem como o Cronograma Físico-Financeiro, todos constantes do Processo Administrativo nº. 10.128/20.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

2. DAS OBRIGAÇÕES DA INCENTIVADORA

2.1 De posse do Certificado de Crédito expedido nos termos do Decreto nº. 13.266, de 18 de fevereiro de 2014, art. 7º e considerando que o projeto denominado Projeto Vôlei Taubaté cumpriu todas as condições estipuladas no Edital de Chamamento nº. 12/2019, a INCENTIVADORA compromete-se a contribuir com o valor de **R\$ 184.800,00 (cento e oitenta e quatro mil e oitocentos reais)**, sendo R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) provenientes de recurso incentivado e R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) provenientes de 10% de contrapartida, estipulado no projeto ao Fundo de Apoio ao Desporto – FAD, obedecendo ao cronograma abaixo:

DATA DO PAGAMENTO	VALOR (R\$) INCENTIVADO	VALOR (R\$) CONTRAPARTIDA
10/03/2020	16.800,00	1.680,00
10/04/2020	16.800,00	1.680,00
10/05/2020	16.800,00	1.680,00
10/06/2020	16.800,00	1.680,00
10/07/2020	16.800,00	1.680,00
10/08/2020	16.800,00	1.680,00
10/09/2020	16.800,00	1.680,00
10/10/2020	16.800,00	1.680,00
10/11/2020	16.800,00	1.680,00
10/12/2020	16.800,00	1.680,00
TOTAL (R\$)	RS 168.000,00	RS 16.800,00

2.1.1 O valor que trata o artigo anterior será depositado na conta do FAD no Banco do Brasil, Agência nº 0076-0, conta corrente nº 65247-4;

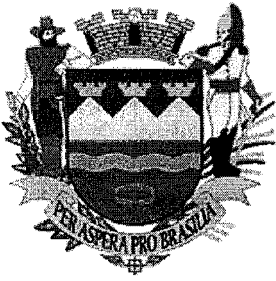
2.1.2 A INCENTIVADORA comunicará ao FAD a realização do pagamento através de envio de cópia do comprovante de depósito identificado, que poderá ser por via eletrônica;

2.1.3 Se a INCENTIVADORA deixar de fazer o depósito por 02 (dois) meses consecutivos, cessará imediatamente a relação entre a INCENTIVADORA e a EMPREENDEDORA (responsável pelo Projeto Vôlei Taubaté) e caberá à Prefeitura passar a cobrar automaticamente e somente o imposto devido que restar no presente ano, compreendido neste instrumento.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPREENDEDORA

3.1 À EMPREENDEDORA caberá a prestação de contas mensal, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor recebido, nos termos das Instruções nº. 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, alterada pela Resolução 03/2017, do valor recebido, sob pena de rescisão do presente Termo de Incentivo.

3.1.1 Não será aprovada na prestação de contas a aplicação dos recursos em caráter pessoal para:



Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo

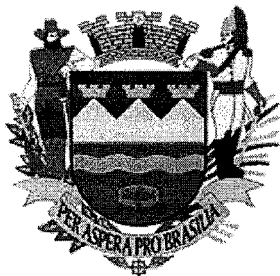
- a) Aluguel de moradia de atletas;
- b) Aquisição de gêneros de primeira necessidade e vestuários a atletas e comissão técnica;
- c) Passagens aéreas ou terrestres para traslados de atletas ou comissão técnica se deslocarem individualmente;
- d) Exames médicos, despesas hospitalares de qualquer tipo, medicamentos, ou próteses;
- e) Pagamentos a terceiros que não sejam de funções específicas da Comissão Técnica e que suas despesas não sejam superiores a 30% do pleiteado;
- f) Equipe ou atleta individual cujo domicílio seja fora da cidade de Taubaté;
- g) Que impliquem na ocupação de equipamentos, espaços ou quaisquer outros recursos, cujos proprietários não tenham manifestado seu consentimento por escrito, anexado ao projeto;
- h) Que visem exclusivamente à comercialização pública ou dirigida de ingressos para a realização de eventos esportivos, salvo quando os mesmos comprometerem, previamente, a destinação de 70% da renda auferida ao Fundo de Assistência ao Desporto Amador - FAD;
- i) apresentados por atletas praticantes de modalidades individuais que pleiteiem a captação de recursos via LIF de valor superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- j) Contratação de funcionários.

3.1.2 Os valores recebidos serão considerados como conta de gestão e, portanto, deverão ser contabilizados juntamente com os valores indicados no projeto como recursos próprios;

3.1.3 Anualmente, o Incentivador deverá apresentar o “Demonstrativo das Despesas Incorridas no Exercício”, por origem de recursos, ou seja, Verba Federal, Estadual, Municipal e Recursos próprios, devendo ser elaborado um anexo (modelo das instruções normativas nº. 02/2016, e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) para cada fonte de recurso e entregue no FAD até 31 de janeiro do ano subsequente ao movimento financeiro;

3.1.4 Ao final do exercício deverão ser apresentados os seguintes relatórios:

- a) “Relatório Final de Participações” do ano corrente, das atividades esportivas realizadas, de conformidade com o Plano de Metas contido no Projeto inicial, com fotos, registros na mídia, como jornais e sites, sempre informando a fonte de origem;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

b) “Relatório de Metas 2020”, conforme Objetivos Gerais e Metas Competitivas 2019, descritos no Projeto e as Metas Atingidas, além de fotos e outros registros que foram divulgados pela mídia.

3.1.5 Os relatórios deverão ser apresentados até 30 (trinta) dias após a última prestação de contas do exercício de 2020;

3.2 A EMPREENDEDORA deve difundir a participação do INCENTIVADOR, nos termos da Lei nº 323/2013 e Decreto nº 13.266/2014;

3.3 Aplicar os saldos do Termo de Incentivo, enquanto não utilizados, obrigatoriamente em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

3.4 Obrigatoriamente, computar a crédito do Termo de Incentivo e aplicar as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas de ajuste;

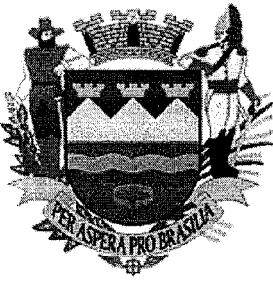
3.5 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Incentivo, devolver à conta do FAD os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento;

3.6 Deverá a EMPREENDEDORA manter conta única e exclusiva para fins do Termo de Incentivo e que “os saldos de Termo de Incentivo, quando não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês”, conforme estipulado no art. 116 da lei 8.666/93 e legislação de regência;

3.7 Todos os documentos originais das despesas deverão conter carimbo indicando o número da norma autorizadora do repasse e o nome do órgão público concessor a que se refere, bem como conter carimbo de identificação do representante legal e sua assinatura, extraído-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A EMPREENDEDORA, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar originais e respectivas cópias para conferência;

3.8 Deverão ser encaminhados extratos bancários da conta corrente e aplicações financeiras vinculadas ao Termo de Incentivo, Relatório Mensal de Recursos, Conciliação Bancária e Manifestação do Conselho Fiscal;

3.9 Cópias de contracheques das despesas realizadas e se as despesas forem realizadas por meio eletrônico, deverão ser apresentados comprovantes bancários da operação realizada;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

3.10 Não será permitido realizar saques em espécie na conta corrente exclusiva do Termo de Incentivo, bem como movimentações bancárias que não correspondam a despesas previstas no objeto deste instrumento;

3.11 Para fins de comprovação de gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em datas anteriores do Termo de Incentivo e posteriores ao término do Termo de Incentivo;

3.12 Na relação de pagamentos efetuados deverá ser especificado o documento, seu número, nº do cheque, nome do favorecido, data e outros;

3.13 Anexar cópias das notas fiscais obrigatoriamente emitidas em nome da INSTITUIÇÃO, com endereço e CNPJ, devendo conter o carimbo de “recebido” e assinadas pelo Presidente da INSTITUIÇÃO;

3.14 De acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizarem operações destinadas à administração pública direta e indireta. Sendo assim, não serão aceitas as despesas emitidas através de Recibo ou Nota Fiscal Manual;

3.15 Manifestação expressa do Conselho Fiscal da Entidade ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial;

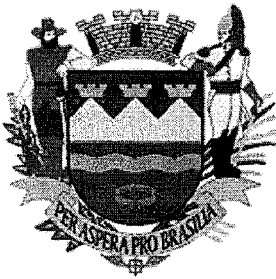
3.16 Apresentar ao Município, até 31/01/2021, referente ao exercício de 2020, impreterivelmente, a documentação nos moldes das Instruções nº. 02/2016, alterada pela Resolução nº. 03/2017 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

a) Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recursos e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto deste instrumento;

b) Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da EMPREENDEDORA, com a indicação dos valores repassados pela Prefeitura e a respectiva conciliação bancária da conta vinculada aos recursos, referente ao período em que os numerários foram recebidos;

c) Comprovante da devolução dos recursos não aplicados, englobando os recursos repassados, total ou parcial, não utilizados e os rendimentos da aplicação financeira, se for o caso. A devolução deverá ser realizada dentro do exercício financeiro;

d) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) comprovando a habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis e demonstrativas apresentadas;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

e) Manifestação expressa do Conselho Fiscal da Entidade ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em sua conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pela Prefeitura.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

4.1 As ações da Prefeitura para acompanhamento do Termo de Incentivo serão realizadas através do Fundo de Apoio ao Desporto – FAD;

4.2 Ao FAD cabe a responsabilidade de fiscalizar a execução do Projeto Vôlei Taubaté, assim como a destinação dos recursos contidas no mesmo, através de seu presidente, Prof. Marcelo Gonçalves Mora, portador do RG nº. 11.866.225-9 e CPF nº. 072.356.798-08;

4.3 Caberá ao FAD emitir recibo à INCENTIVADORA das parcelas recebidas, tão logo tenha a confirmação do depósito na conta informada no item 2.1.1;

4.4 O FAD se obriga, ainda, a fiscalizar a EMPREENDEDORA para que este apresente ao INCENTIVADOR a prestação de contas mensal do valor recebido, conforme constante do Projeto Vôlei Taubaté;

4.5 Compete ao FAD comunicar à Secretaria de Administração e Finanças, mensalmente, o pagamento ou a falta deste pela INCENTIVADORA;

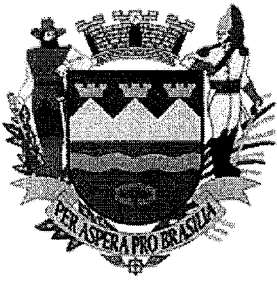
4.6 A INCENTIVADORA terá a garantia de ter o seu nome difundido pela EMPREENDEDORA através das ações do FAD;

4.7 Liberar os recursos para os projetos de acordo com os cronogramas físico financeiros correspondentes;

4.7.1 Excetuando-se a primeira parcela, as demais somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Secretaria de Administração e Finanças;

4.8 Encaminhar bimestralmente à Câmara Municipal e à Secretaria de Esportes e Lazer do Município, relatório circunstanciado sobre o andamento dos projetos apoiados com os recursos tratados pela Lei Complementar nº 323/2013 e o montante dos recursos aplicados especificamente neste projeto;

4.9 Publicar, no sítio da Prefeitura Municipal de Taubaté, junto à rede mundial de computadores, o nome empresarial e/ou marca e os valores doados pela INCENTIVADORA.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

5. DA VIGÊNCIA

5.1 O presente Termo de Incentivo terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, a critério das Partes, mediante assinatura de Termo de Prorrogação.

6. DAS PENALIDADES

6.1 Além das sanções penais e civis cabíveis, poderão ser aplicadas multas de até 10 (dez) vezes o valor dos recursos destinados aos projetos, aos responsáveis por estes, que não comprovarem a aplicação dos recursos, ou se ficar constatado o desvio de seus objetivos, ou ainda dos recursos recebidos.

7. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

7.1 Este Termo de Incentivo poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir em decorrência deste Termo de Incentivo fica eleito o foro da Comarca de Taubaté, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as disposições contidas no presente Termo de Incentivo, as partes assinam esse instrumento particular, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor.

Taubaté, 21 de fevereiro de 2020

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

JORGE ARTUR GIRELLI RIBEIRO
INCENTIVADORA

LUIS OTÁVIO PALHARI
EMPREENDEDORA

Testemunhas:

Meire Helen Gonçalves Sacchi

CPF: 364.424.288-77

Matrícula nº 30.946

Milena T. Coelho Berton Danioti
Gestor da Área de Formalização
de Atos - D.T.L.
Matrícula 24.620